

#### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Apresentação:** Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) do semestre findo em 30 de junho de 2018, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No semestre a DTVM apresentou um lucro de R\$ 28.357 mil, correspondente a R\$ 567,14 por ação, sendo que no segundo semestre de 2017 apresentou lucro de R\$ 39.199 mil. Em 30 de junho de 2018 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 6.624 com diminuição de 26,86% em relação ao semestre anterior, em razão do pagamento de dividendos ao acionista.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - (Em milhares de reais)							
	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		977.789	876.433	<b>Circulante</b>		651.867	443.119
Disponibilidades		181	249	Outras obrigações		651.867	443.119
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>5</b>	972.340	871.304	Fiscais e previdenciárias	6 e 8	19.310	28.211
Aplicações no mercado aberto		18.901	37.397	Negociação e intermediação de valores	7	628.421	410.649
Aplicações em depósitos interfinanceiros		953.439	833.907	Diversas	6	4.136	4.259
<b>Outros créditos</b>	<b>6</b>	5.162	4.258	<b>Exigível a longo prazo</b>		24.886	23.946
Rendas a receber		4.683	4.710	<b>Outras obrigações</b>		24.886	23.946
Diversos		479	548	Fiscais e previdenciárias	6 e 8	24.333	23.314
<b>Outros valores e bens</b>		106	122	Diversas	6	553	632
Despesas antecipadas		106	122	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>10</b>	331.206	438.650
<b>Realizável a longo prazo</b>		29.642	28.715	Capital social		274.104	274.104
<b>Outros créditos</b>	<b>6</b>	29.642	28.715	De domiciliados no país		274.104	274.104
Diversos		29.642	28.715	Reservas de capital		2.584	2.584
<b>Permanente</b>		528	567	Reservas de lucros		26.161	121.243
Investimentos		1	1	Lucros acumulados		28.357	40.719
Outros investimentos		1	1	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.007.959</b>	<b>905.715</b>
<b>Imobilizado de Uso</b>		527	566				
Outras imobilizações de uso		907	852				
(Depreciações acumuladas)		(380)	(286)				
<b>Total do ativo</b>		<b>1.007.959</b>	<b>905.715</b>				

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	2018	2017
<b>Receitas de intermediação financeira</b>		38.662	68.734
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez		38.662	68.734
<b>Resultado bruto de intermediação financeira</b>		38.662	68.734
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		12.866	5.359
Receitas de prestação de serviços	13a	28.855	23.939
Despesas de pessoal		(3.809)	(3.593)
Despesas administrativas	13b	(9.842)	(10.457)
Despesas tributárias		(3.351)	(4.813)
Outras receitas operacionais	13c	1.356	959
Outras despesas operacionais	13d	(373)	(676)
<b>Resultado operacional</b>		51.508	74.093
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		51.508	74.093
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>9</b>	(23.151)	(33.374)
Provisão para imposto de renda		(12.743)	(18.330)
Provisão para contribuição social		(10.226)	(14.674)
Ativo fiscal diferido		(182)	(370)
<b>Lucro líquido do semestre</b>		<b>28.357</b>	<b>40.719</b>
<b>Juros sobre o capital próprio</b>			
<b>Quantidade de ações</b>	<b>10</b>	<b>50.000</b>	<b>50.000</b>
<b>Lucro líquido por ação no final do semestre - R\$</b>		<b>567,14</b>	<b>814,38</b>

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - (Em milhares de reais)						
	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>		274.104	2.584	20.168	101.075	397.931
Lucro líquido do semestre		-	-	-	40.719	40.719
<b>Em 30 de junho de 2017</b>		274.104	2.584	20.168	101.075	438.650
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>		274.104	2.584	23.601	152.560	452.849
Lucro líquido do semestre		-	-	-	28.357	28.357
Distribuição de dividendos	10	-	-	(150.000)	-	(150.000)
<b>Em 30 de junho de 2018</b>		274.104	2.584	23.601	2.560	331.206

#### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Distribuidora" ou "Instituição") é uma controlada do Banco J.P. Morgan S.A. e suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da Distribuidora foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan em 22 de agosto de 2018.

**2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

**3. Principais práticas contábeis:** a) **Auração do resultado:** É apurado pelo regime de competência. b) **Ativos circulante e realizável a longo prazo:** Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. c) **Permanente:** Representado, principalmente, por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 4.355, de 24 de novembro de 2016, do CMN tem periodicidade anual. d) **Passivos circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. e) **Passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Não há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. f) **Imposto de renda e contribuição social:** A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme artigo 1º da Lei nº 13.169/15 cuja vigência foi iniciada a partir de setembro de 2015. Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente: (i) O crédito tributário de IRPJ permanece com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) O crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários. Para tanto, foi considerada alíquota nominal de 20% de CSLL para ajustes temporários a serem realizados até dezembro de 2018 e 15% para ajustes temporários a serem realizados a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme estabeleceu a Lei nº 13.169/15. g) **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem, quando aplicável, disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias. h) **Unidade de ações restritas:** Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A Instituição registra as despesas com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC 10 - Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a Instituição registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant vesting*, assim se o valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da Reserva de capital da Instituição.

**4. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades no montante de R\$ 181 (2017 - R\$ 249), aplicações em depósitos interfinanceiros no montante de R\$ 644.240 (2017 - R\$ 432.170) e aplicações no mercado aberto no montante de R\$ 18.901 (2017 - R\$ 37.397).

**5. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se às aplicações com empresas do grupo no valor de R\$ 972.340 (2017 - R\$ 871.304) sendo R\$ 644.240 (2017 - R\$ 432.170) referentes a aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimento até 90 dias, aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimento superior a 90 dias no montante de R\$ 309.199 (2017 - R\$ 401.737) e R\$ 18.901 (2017 - R\$ 37.397) referente a aplicações em operações compromissadas - posição bancada com prazo inferior a 90 dias.

**6. Outros créditos e outras obrigações:** "Outros créditos - diversos" estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia no montante de R\$ 28.087 (2017 - R\$ 27.085) (Nota 8 (a)) e créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 1.821 (2017 - R\$ 1.963) (Nota 9). "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias", referem-se, principalmente, a provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro no montante de R\$ 18.646 (2017 - R\$ 27.448) e provisões legais relativas a questionamentos

judiciais no montante de R\$ 24.333 (2017 - R\$ 23.314) (Nota 8). As parcelas depositadas judicialmente, quando aplicáveis, estão classificadas em "Outros créditos - diversos". "Outras obrigações - diversas" referem-se, principalmente, a provisão para pagamentos relacionados a despesa de pessoal no valor de R\$ 1.527 (2017 - R\$ 1.666), despesas administrativas no valor de R\$ 1.709 (2017 - R\$ 1.733) e valores a pagar a sociedades ligadas no valor de R\$ 944 (2017 - R\$ 1.195).

**7. Negociação e intermediação de valores:** Referem-se, no passivo, a credores por conta de liquidações pendentes no valor de R\$ 628.421 (2017 - R\$ 410.649), em decorrência do serviço de custódia prestado pela Instituição.

**8. Passivos contingentes e obrigações legais:** A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, (ii) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda e (iii) cobrança de alíquota diferenciada da CSLL em relação às empresas não financeiras. Em decorrência da publicação da Lei nº 12.865/13, que reabriu o Programa de Anistia da Lei nº 11.941/09, a Distribuidora revisou seus processos, tanto no âmbito administrativo quanto judiciário. Foram selecionados para adesão à reabertura da Anistia aproximadamente 40% dos processos judiciais e administrativos, cujo montante provisionado correspondia a R\$ 48.365, sendo que os mais relevantes referem-se aos casos de PIS e COFINS Lei nº 9.718/98 (alargamento da base), PIS Emendas Constitucionais e CSLL Isonomia. No mês de outubro de 2014, por decisão da Instituição e nos termos da legislação, os débitos relacionados aos processos incluídos na reabertura do Programa de Anistia estabelecida pela Lei nº 11.941/09 foram liquidados, com a amortização das parcelas pendentes. Em setembro de 2017, a Instituição promoveu a consolidação dos débitos incluídos no referido Programa nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.735/17. No momento, aguarda-se que as Autoridades Fiscais confirmem os pagamentos efetuados, bem como efetuem as correspondentes baixas dos débitos. As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

(a) Composição dos saldos patrimoniais				
	Depósitos Judiciais	Provisões		
	2018	2017	2018	2017
Fiscais e previdenciárias	28.087	27.085	24.333	23.314
<b>Total</b>	<b>28.087</b>	<b>27.085</b>	<b>24.333</b>	<b>23.314</b>

(b) Movimentação dos saldos patrimoniais			
	Fiscais e Previdenciárias	Obrigações Legais	
	2018	2017	
<b>Saldo inicial</b>	<b>23.988</b>	<b>22.678</b>	
Despesas financeiras - juros	345	636	
<b>Saldo final</b>	<b>24.333</b>	<b>23.314</b>	

**9. Imposto de renda, contribuição social e crédito tributário:** A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2018	2017
Contingências fiscais	809	739
Provisão de honorários advocatícios	675	696
Provisão para pagamentos a funcionários	231	236
Unidades de Ações Restritas - RSU	27	79
Outros	79	213
<b>Total de créditos tributários - ativo</b>	<b>1.821</b>	<b>1.963</b>

No semestre foi constituído crédito tributário de R\$ 164 (2017 - R\$ 27), tendo sido realizado R\$ 346 (2017 - R\$ 397) sobre diferenças temporárias. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 1.821 é estimada em 14% no 1º ano, 3% nos 2º e 3º anos, 5% no 4º ano, 4% no 5º ano, 8% nos 6º e 7º anos, 17% nos 8º e 9º anos e 21% no 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 942 (2017 - R\$ 1.116). A Distribuidora reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as ações existentes em 30 de junho de 2018 e 2017. O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	2018	2017
<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>51.508</b>	<b>74.093</b>
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(23.178)	(33.342)
Despesas inadutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(2)	(52)
Efeito CSLL 5%	(10)	8
PAT - Programa de alimentação ao trabalhador	27	12
Outros	12	12
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	27	(32)
<b>Total da despesa de IRPJ e CSLL no semestre</b>	<b>(23.151)</b>	<b>(33.374)</b>

**10. Patrimônio líquido:** O capital social é representado por 50.000 ações ordinárias sem valor nominal. O estatuto assegura um dividendo mínimo anual de 3% do capital realizado ou de 6,25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária, dos dois o que resultar em menor montante, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. A Reserva de lucros - Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de lucros - Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do semestre, antes de qualquer distribuição, até o limite de 20% do capital social. A Reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2018, foi aprovado o pagamento de dividendos ao acionista no montante de R\$ 150.000, mediante a utilização de parcela correspondente à conta de Reserva de lucros - Estatutária.

**11. Benefícios: (a) Fundo de Pensão:** A Instituição é uma das patrocinadoras da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão ("Fundo"), constituído majoritariamente sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais, sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. No semestre a Distribuidora registrou despesa de R\$ 110 (2017 - R\$ 104) relacionada a contribuições para o Fundo.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - (Em milhares de reais)			
	Nota	2018	2017
<b>Atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido ajustado</b>		28.504	40.984
Lucro líquido do semestre		28.357	40.719
Ajuste ao lucro líquido:		147	265
Ativo fiscal diferido	9	182	370
Atualização de depósitos judiciais	13c	(426)	(788)
Provisões para contingências	8b	345	636
Depreciações		46	47
<b>Variação de ativos e obrigações</b>		<b>(219.365)</b>	<b>(502.802)</b>
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		(309.199)	(401.737)
Redução em T.V.M.		-	-
Redução/(Aumento) em outros créditos		3.155	(691)
(Aumento) em outros valores e bens		(48)	(62)
Aumento/(Redução) em outras obrigações		125.416	(44.354)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(38.689)	(55.958)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais</b>		<b>(190.861)</b>	<b>(461.818)</b>
<b>Atividades de investimento</b>			
Aquisição de outros imobilizados de uso		(55)	(5)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(55)</b>	<b>(5)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Pagamento de dividendos		(150.000)	-
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>		<b>(150.000)</b>	<b>-</b>
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(340.916)</b>	<b>(461.823)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		1.004.238	931.639
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4	663.322	469.816
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(340.916)</b>	<b>(461.823)</b>

(b) **Unidades de ações restritas:** Os funcionários elegíveis da Distribuidora participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o período de aquisição do direito (*vesting period*), de 50% das ações se dá em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da empresa por conta própria, o plano de benefícios em ações é cancelado. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque - NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

	2018	2017
<b>Quantidade de ações</b>	<b>Valor em milhares de Dólares (USD)</b>	
Ações em circulação em 31/12/2017	668	38
Ações entregues no semestre ( <i>vested</i> )	(481)	(27)
Ações em circulação em 30/06/2018	187	11

	2017	2018
<b>Quantidade de ações</b>	<b>Valor em milhares de Dólares (USD)</b>	
Ações em circulação em 31/12/2016	1.499	85
Ações entregues no semestre ( <i>vested</i> )	(831)	(47)
Ações em circulação em 30/06/2017	668	38

O valor da obrigação de repagamento registrada no passivo em 30 de junho de 2018, incluindo encargos sociais, é de R\$ 171 (2017 - R\$ 347). Em virtude desse programa a despesa registrada no semestre é de R\$ 3 (2017 - R\$ 2), incluindo os encargos sociais.

**12. Transações com partes relacionadas: (Grupo J.P. Morgan):** As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, estão representadas abaixo. A Distribuidora é uma empresa controlada pelo Banco J.P. Morgan S.A., sendo a JPMorgan Chase & CO controladora do Grupo Financeiro JP Morgan. As demais entidades são empresas coligadas.

	2018		2017	
	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)
<b>Disponibilidades</b>				
Banco J.P. Morgan S.A.	181	-	249	-
<b>Aplicações em operações compromissadas</b>				